

## **A EVASÃO ESCOLAR NAS SALAS DE AULAS DO PROEJA-SESI: ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ**

Aparecida Geralda Silva Cavalcante

Secretaria de Educação Básica de Juazeiro do Norte-CE

[aparecidacavalcante@yahoo.com.br](mailto:aparecidacavalcante@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O presente artigo busca analisar as causas da evasão escolar nas salas de EJA instaladas nas empresas assistidas pelo programa Educação do Trabalhador, mantido pelo sistema SESI em Juazeiro do Norte – CE, a fim de evidenciar os motivos pelos quais mesmo com a oferta de salas de aula no local de trabalho há elevado índice de evasão. As informações apresentadas para discussão foram retiradas do diário de campo e representam um levantamento primário de informações acerca das causas pelas quais trabalhadores da indústria deixam de frequentar as aulas oferecidas nas empresas. Foi possível observar nos depoimentos que questões sociais mais amplas interferem no processo de ensino-aprendizagem dos jovens e adultos, dificultando a permanência e o aproveitamento das aulas ministradas, destacando a necessidade de políticas educacionais serem acompanhadas de políticas sociais mais amplas.

**Palavras-Chave: Evasão, Proeja, SESI**

### **Resumen**

El presente artículo analiza las causas de la evasión escolar en las clases de educación de jóvenes y adultos ubicadas en fábricas asistidas por el Programa Educación del Trabajador, sostenido por el sistema SESI en Juazeiro do Norte – CE, con la finalidad de precisar los motivos por los cuales mismo con la oferta de aulas en el las fábricas hay altísimos índices de evasión. Las informaciones presentadas a la discusión fueran retiradas del diario de campo y representan informaciones iniciales concernientes a las causas por las cuales trabajadores desertan de las clases ofertadas en las fábricas. Fue posible observar en los relatos cuestiones sociales más amplias que interfieren en el proceso de enseñanza de jóvenes y mayores, dificultando la permanencia y el aprovechamiento de las clases, destacando la necesidad de añadir políticas sociales más amplias a las políticas educacionales.

**Palabras-clave: Evadir, Proeja, SESI**

## **Introdução**

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) criado pelo Ministério da Educação, em 2006, amplia e modifica a atuação de entidades nacionais de serviços sociais, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, tal como o SESI. A idéia é oferecer educação continuada entre o ensino básico, médio e profissional para os operários e familiares. Concebe-se uma política estratégica de solução ao problema secular de garantir, em tempo hábil e de modo integrado o ensino básico, médio e profissional ao operariado brasileiro.

Reconhecem-se as precárias condições de ensino e aprendizagem do ensino público nacional, sobretudo para uma geração de brasileiros jovens e adultos, que em passado recente evadiram-se das escolas nas faixas de idades específicas com enormes prejuízos de aprendizagem do ensino fundamental e médio, afetando seu desenvolvimento profissional, social, familiar e com repercussão na comunidade e na empresa.

Filosoficamente, ou no plano das expectativas políticas o PROEJA é ambicioso, pois pretende disponibilizar para os trabalhadores uma base para a tornarem-se cidadãos emancipados e com capacidade para transformar sua condição histórica individual, familiar e comunitária e até revolucionar a sociedade da qual fazem parte. Desde sua concepção política admite-se que o PROEJA é um desafio político e pedagógico (Ministério da Educação, 2006, p.5).

Comungamos com esses ideais e reconhecemos os desafios. E é com intuito de revisão desta política que a pesquisa nasceu e foi concebida, a partir da situação concreta do cotidiano de uma professora e de sua orientadora na discussão da sala de aula e do ensino de jovens e adultos dentro das empresas. Emergiu da preocupação da docente em produzir os resultados esperados no planejamento e na parceria entre instituição educacional (SESI) com algumas empresas selecionadas para o estudo de casos, propondo-se a aprofundar o conhecimento do assunto e disponibilizar para efeitos de recondução das políticas públicas e de melhores resultados finais ao nível dos trabalhadores.

Tem-se conhecimento de que o problema da evasão é amplo, complexo e de largas conseqüências. É também um problema antigo e alvo de diversas estratégias políticas, porém em muitos casos permanece atual por sua baixa resolubilidade.

A ineficácia do ensino público deriva em baixa capacidade dos trabalhadores brasileiros de leitura crítica e de cidadania, sobretudo entre aqueles pertencentes às famílias de baixa renda, em lugares, estados e regiões onde as desigualdades sociais são mais acirradas. Tais condições produzem conseqüências acumuladas em várias gerações de trabalhadores, prejudicados em termos de educação e de leitura crítica da sociedade, que inviabilizam a mobilidade social individual, familiar e quiçá a transformação social mais ampla desejada por uma grande maioria de brasileiros.

Contudo, questiona-se esta estratégia de oferecer o ensino integrado e dentro da empresa possa minimizar o problema, vendo-o apenas como solução para eliminar a questão da distancia, do tempo e do desgaste de percurso entre trabalho e escola. Será que é a permanência dos alunos no curso seria garantida apenas pelo ensino ofertado no mesmo local de trabalho e logo depois de uma jornada de trabalho árdua e cansativa, independente de outras condições que afetam o seu rendimento em sala de aula e sua motivação para concluir o curso?

O cotidiano na escola-empresa, observado como professora deste Programa na cidade de Juazeiro do Norte-CE, revela que as condições de ensino e aprendizagem nem sempre são ideais ou mesmo regulares para proporcionar o rendimento escolar e a motivação do aluno na sala de aula até a conclusão do curso. Constata-se a complexidade do problema que envolve toda a comunidade escolar, desde os aspectos relacionados às instituições educacionais, ao corpo docente, mas também envolve os dirigentes das empresas com suas políticas de trabalho e, sobretudo alunos com seus problemas individuais, sociais e familiares.

Partimos do exame da situação delicada do aluno na condição de trabalhador-aluno, na sala de aula-empresa, expressa em depoimentos que mostram insatisfações, sobretudo nas explicações para as freqüentes ausências na sala de aula, embora permaneçam trabalhando. A pesquisa em andamento mostra sinais para que se faça uma primeira enquête com os operários para inter-relacionar as questões do trabalho com as do estudo e da família, pois uma está perpassando e determinando a outra. Os depoimentos espontâneos de alguns alunos em sala de aula nos levam a aprofundar e sistematizar esta pesquisa a partir de observações que nos propomos a discutir com outros pesquisadores para colher sugestões no plano da pesquisa e do referencial teórico.

O tema remete para que se faça uma breve retrospectiva do problema da evasão escolar pública no estado do Ceará com algum destaque para a região do Cariri e do

município do Juazeiro do Norte onde se passam os estudos de caso, o que faremos brevemente e logo no primeiro item.

A discussão segue com a política de educação de jovens e adultos, passando pela revisão da proposta curricular até o documento base do PROEJA e considerando a crítica de pesquisadores, e a particular política do SESI. A título de fundamentação teórica tratam-se de alguns aspectos referentes à metodologia do estudo de casos, quanto a evasão escolar, e a relação escola e cidadania. Finalmente, discute-se uma proposta de plano de pesquisa, contextualizando as condições de trabalho dadas pela parceria SESI e Empresas e se propondo a traçar o perfil dos alunos e a conflituosa relação trabalho X estudo X família e suas conseqüências na permanência dos trabalhadores no PROEJA.

### **Educação de jovens e adultos: resgate histórico e territorial**

Uma sinopse histórica das principais condições educacionais do país nos permite compreender as razões pelas quais em pleno século XXI, da revolução tecnológica e informacional, o nordeste brasileiro persiste na condição de região fornecedora de mão-de-obra barata, abundante e desqualificada para demais regiões industriais. Entende-se porque um dos principais desafios educacionais do PROEJA ainda é a desmotivação do trabalhador para se manter em sala de aula, com índices alarmantes de reprovação e de abandono escolar no ensino fundamental, e também no médio.

Desde a fase colonial que se percebe uma funcionalidade da política educacional para os interesses das classes dominantes. Os jesuítas transmitiram educação formal para a elite em seminários e colégios, enquanto para a população indígena e negra apenas difundiram costumes da colonização, preparando-os para o trabalho escravo na agricultura, pecuária, mineração, serviços domésticos e urbanos, embora sem instrução metódica e organizada, salvo no ensino religioso, pois o interesse era de aculturação e dominação (PAIVA, 1987 citado por SILVA, 2007, p.15).

Com a independência política, o ensino também não foi bem sucedido e encontrou impedimentos semelhantes ao da fase Colonial. Apenas a elite possuía condições institucionais de enfrentamento do principal problema educacional que avançava com o crescimento populacional: o analfabetismo. A princípio o ensino fundamental foi uma responsabilidade Imperial (1827) depois transferida para as Províncias (1834), encontrando na

carência de professores e na má remuneração dos mesmos a justificativa para explicar os principais entraves operacionais, ainda hoje comuns nas regiões mais deprimidas. Na fase imperial, a economia agroexportadora manteve a escravidão e o baixo nível educacional do povo. Não preocupava a elite dominante que a população fosse educada formalmente e soubesse além do que as técnicas tradicionais agropastoris adotadas tal como estava de acordo com os interesses da metrópole.

Durante o Segundo Reinado (1840 a 1889) houve relativo progresso na política educacional com a iniciativa dos municípios e a direção de algumas ações para os adultos desfavorecidos, mas nada que reduzisse a tendência alarmante do analfabetismo e das desigualdades regionais. O deslocamento da economia e do centro do poder do Nordeste para o Sudeste brasileiro acompanhou a expansão da exportação brasileira de café. Com a imigração estrangeira ao final do século XIX para dar suporte a economia cafeeira após a libertação dos escravos, a educação elementar tomou novo impulso, fundamentada na necessidade dos trabalhadores familiares estrangeiros, cujo nível de conscientização política era mais bem canalizado, pois estava no centro da economia nacional localizada no sudeste do país. Contraditoriamente a este elemento propulsor e modernizador constatava-se falta de interesse de emancipação política do trabalhador brasileiro do norte e nordeste, o qual pela lei Saraiva (1882) mantinha o analfabeto impedido de exercer o poder de voto e assim reduzia o poder demográfico dos nordestinos.

Conforme Paiva (citado por SILVA, 2007, p. 24), Rui Barbosa teria feito um pormenorizado diagnóstico da situação educacional do país no império embora com postura de classe em favor da elite, explicando porque as mudanças no ensino básico foram tantas vezes proteladas e deixadas em segundo plano. Os interesses políticos de dominação excluíam parcela considerável da população livre, porém sem recursos para sua sobrevivência ou para melhoria de sua condição social. De acordo com pesquisa dos EUA na América Latina no final do século XIX e início do século XX, o Brasil estaria na mais precária condição do analfabetismo que se estendia para 85,2% da população.

Na fase industrial e urbana compreendida entre as duas grandes guerras mundiais desenvolveu-se ampla política educacional, com leis, instituições e recursos humanos e financeiros, contudo ainda persistindo as grandes disparidades regionais e urbanas. A necessidade de organização e luta de uma parcela da população trabalhadora fez fomentar entidades nacionais de serviços sociais, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, tal como o SESI. As regiões afastadas do centro de poder político e

econômico com suas áreas rurais foram desprestigiadas no jogo de forças de poder e no regionalismo político e dos trabalhadores, prejudicando de maneira especial as categorias de trabalhadores e as regiões menos favorecidas que acumularam perdas históricas, acentuando as disparidades.

Após a constituição de 1988, com a redemocratização do país, a política avançou contra o analfabetismo e para a universalização do ensino básico. Muda-se a estratégia de alfabetização dos adultos. Procura-se vencer a condição ultrapassada e arcaica, não condizente com a modernização produtiva e política das grandes cidades e metrópoles, ou seja, reduz-se o analfabetismo escolar, porém permanece a baixa conscientização política da maioria dos trabalhadores e dos cidadãos adultos. A situação torna-se complexa diante de um novo tipo de analfabetismo, o político, que deixa de ser apenas resultado e torna-se condição das desigualdades regionais e sociais. Oliveira (2003) observa no caso brasileiro a combinação de atraso com modernização política e econômica, enquanto parte da estratégia dominante de grupos historicamente mantidos no poder com estratégia de ampliação da riqueza e de exploração dos trabalhadores.

Assim, no geral, o analfabetismo e a baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros foram, e continuam sendo bastante funcionais para acumulação capitalista e imperialista no território nacional, fundamentadas nas desigualdades sociais, regionais e urbanas.

No caso nordestino, a educação apresenta significativas diferenças geográficas mesmo em regiões consideradas homogêneas como ao sul do estado do Ceará, a região Cariri, onde se estudou o município de Juazeiro do Norte, comparado aos de Barbalha e Crato, lócus de importante aglomerado urbano de destaque regional e nacional.

Ao final de século XX, o abandono escolar no ensino fundamental cearense reduziu consideravelmente diante de inúmeras estratégias políticas educacionais, e, portanto tem se mantido abaixo dos níveis de reprovação. Contudo, no ensino médio o abandono escolar torna-se um problema bem mais visível.

A necessidade de trabalho dos alunos, em geral, compromete a vontade e a decisão de estudar, sobretudo em se tratando de trabalhadores pertencentes às classes de baixa renda cujos desgastes energéticos diários estão associados às condições históricas e geracionais da baixa qualidade e quantidade da dieta alimentar da família. Além disso, o desgaste físico com transportes a longas distâncias e em precárias condições é uma realidade perversa para a maioria dos trabalhadores. Na região do Cariri cearense, os municípios estão conurbados,

formando um todo indiviso, ainda assim percorrem-se longas distancias casa e trabalho, em geral feito de bicicleta, para reduzir os custos dos trabalhadores e das empresas.

A evasão escolar pode estar expressa pela taxa de abandono escolar, ou percentual de alunos que não constavam na matrícula final. No estado do Ceará, em 2007 e 2008, a taxa de abandono do ensino fundamental declinou de 4,8% para 4,4% e, ao contrário, no ensino médio, o abandono também declinou porem se mantendo bastante elevado, em 14,7% e 13,9%, respectivamente aos anos (IPECE, 2009).

Problemas relativos à qualidade do ensino, as condições da sala de aula, a desmotivação dos alunos combinam-se e tornam o problema da evasão do ensino médio complexo. Mas chama-se atenção para o caso particular dos trabalhadores, referidos anteriormente. Os dados observados nos três municípios do Cariri confirmam o pressuposto da difícil conciliação entre trabalho e estudo. Nos municípios onde o índice de ocupação da população economicamente ativa é maior a tendência de abandono escolar acentua-se, como se constata no Crato (12,4% e 13,7%) e em Juazeiro do Norte (9,7% e 11,3%), e ao contrário em Barbalha há uma redução do abandono (6,6% e 7,5%), onde o nível de ocupação é menor.

O abandono escolar é um problema do ensino público, como demonstram as desigualdades de taxas observadas entre as escolas estaduais e particulares. Mesmo no ensino fundamental, onde o abandono escolar é mais bem controlado por políticas educacionais, há grande diferença entre o sistema público e privado. No Ceará, em 2008, o abandono no ensino fundamental chegara a 7,0% nas escolas estaduais e somente 0,6% nas particulares. Diferenças gritantes vão ser encontradas em Barbalha (4,8% estadual e 0,3% particular), em Crato (6,6% estadual e 0,3% particular) e em Juazeiro do Norte (6,3% estadual e 0,6% particular).

O ensino médio também sofre diferenciação entre o público e o privado com desvantagem para o ensino público. Os índices de reprovação na escola estadual de Juazeiro do Norte, por exemplo, chegou, em 2008, a 12,8% e nas escolas particulares não atingiu 1%.

Diante desta realidade gritante que as entidades nacionais de serviços sociais, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical estabeleceram parcerias com as instituições públicas federais com objetivo de minimizar os problemas associados a esta precária condição de educação que reflete na fraca mobilização de luta pela cidadania.

## **SESI Educação do trabalhador: política educacional cidadã?**

O programa educação para a nova indústria, lançado em 2007 para atender as exigências da indústria competitiva, prevê atividades entre os anos de 2007-2015, considerando uma das prioridades relacionadas à competitividade da indústria brasileira o capital humano das empresas. Prevê-se o aprimoramento das competências básicas e específicas dos trabalhadores da indústria.

O programa desdobra-se em dez eixos<sup>1</sup> dos quais nos interessa analisar a ação relacionada à Educação Básica para o Trabalhador da Indústria que busca dota-lo das capacidades de comunicar-se e usar o raciocínio lógico-matemático. Este objetivo está explícita no programa Elevação da Escolaridade do Trabalhador, cuja meta é promover a escolarização de ensino fundamental e médio, oferecendo currículos contextualizados, segundo a realidade dos setores da indústria.

Com vistas a alcançar melhores resultados nas avaliações realizadas pela UNESCO, cujo resultado para o ano de 2006 demonstrou que os concluintes dos programas SESI estavam aquém da média nacional, elaborou-se um Plano de melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos estruturado sob três pontos básicos: currículo, perfil dos profissionais e processo de ensino aprendizagem.

O diagnóstico realizado para elaboração do plano de melhoria destaca os resultados de uma pesquisa realizada com professores que afirmaram ser a falta de assiduidade dos alunos o maior problema encontrado na educação de EJA. A frequência e a pontualidade, oriundos da dificuldade de conciliar trabalho e escola, a baixa auto-estima e a deficiência de conteúdos básicos.

A fim de resolver os problemas apontados pela pesquisa realizada em 2007 o Programa SESI Educação do Trabalhador, que organiza as duas fases da educação básica de forma modular, pretende atender aos princípios pedagógicos de flexibilidade, continuidade e viabilidade, relevantes para compreendermos a análise da evasão escolar aqui realizada.

O princípio da flexibilidade destaca o atendimento em locais diversificados, sem restrições ao espaço escolar; organizando salas nas empresas, sindicatos e centros

---

<sup>1</sup> A Educação para a nova indústria desdobra-se em: Escola de Tempo Integral, Inclusão digital para todos, Ciências na escola, Formação do educador, Enriquecimento do capital cultural, Prêmio SESI qualidade na educação, , Consultoria para a educação de qualidade, SeSI indústria do conhecimento, Educação continuada do trabalhador e Elevação da escolaridade do trabalhador.



comunitários; com períodos letivos desvinculados do calendário escolar corrente, além de permitir que o aluno se ausente por prolongados períodos de tempo. Proporcionando ao aluno a possibilidade de decidir o tempo de permanência em sala de aula. A viabilidade destaca a proximidade das salas de aula dos locais de trabalho, economizando no deslocamento e favorecendo a permanência. E a continuidade é representada pela possibilidade de os estudantes, apesar das ausências, retomarem as aulas em qualquer momento.

Estes princípios demonstram a tentativa de tornar efetiva a permanência do trabalhador como aluno matriculado e presente na sala de aula, pois enquanto não for desvinculado da empresa é considerado aluno ativo do processo. Observa-se que a proposta apresenta problemas ao verificarmos a ausência de quase 60% dos alunos matriculados nas turmas, que não comparecem as aulas, mas continuam matriculados e não podem receber faltas em virtude o vínculo com a empresa.

Tadeu da Silva (2001) destaca que as políticas públicas de educação a partir da década de 1990 buscam fazer o sistema educacional funcionar no modelo da empresa, adotando a flexibilidade e as competências como prioridades para elevar a escolaridade dos estudantes. Segundo o autor, as questões políticas e sociais a partir de então são tratadas como questões técnicas de racionalização do tempo e uso de métodos de ensino, como problemas na administração e gerência de recursos humanos.

Aulas moduladas, ausências permitidas e currículos adaptados às exigências do setor industrial representam a precarização da educação de jovens e adultos, pois combinar o construtivismo com a exigência de índices ótimos há, de forma não calculada, a tentativa de produzir identidades ajustadas ao momento político econômico atual, onde cada um é responsável pelo desempenho pessoal na sociedade, ao mesmo tempo em que exime o poder público de construir políticas sociais em consonância com as políticas de educação básica.

Em cartaz do programa as vantagens oferecidas são as seguintes: salas de aula nas empresas e no SESI, flexibilidade no tempo para o término do curso, certificado, início das aulas e horário das mesmas decidido pela empresa, a fim de garantir que o trabalhador não se desloque para realização das atividades discentes<sup>2</sup>.

Observa-se, entretanto, uma evasão causada não pela distância entre escola, casa e trabalho, mas pela extenuante jornada de trabalho, já que os horários das aulas são organizados depois do expediente ou nos intervalos para descanso entre turnos e escalas.

---

<sup>2</sup> Informações retiradas de cartaz fixado em empresa no município de Juazeiro do Norte – CE.

Além disso, a frequência relaciona-se diretamente com os períodos de produção das empresas, pois quando a demanda se eleva as jornadas são dobradas e, por isso, o aluno ausenta-se das salas por longos períodos, dificultando a aprendizagem.

Estes elementos são previstos pelo programa, no entanto, os apresenta como benefícios para a escolarização dos trabalhadores, fato que não ocorre no cotidiano da fábrica o que se percebe é que o benefício acaba deixando o aluno despreparado porque não têm acesso a construção do conhecimento e a devida transformação para o exercício da cidadania.

Desta forma, o programa não beneficia o trabalhador por não proporcionar uma escolarização de qualidade, já que a condição do aluno dentro da empresa não possibilita a participação efetiva e a conclusão das etapas escolares.

Relatos de estudantes do programa são listados abaixo<sup>3</sup>:

Funcionário de empresa de calçados com 43 anos, trabalha há 10 anos na mesma empresa, abandonou os estudos na 4 série do ensino fundamental para trabalhar e a ajudar a mãe e os irmãos menores. No ano de 2009, retornou aos estudos, pois considerou que poderia terminá-los nas salas de aula oferecidas dentro da empresa, mas após um tempo de dedicação e conquista, por conta da extensa jornada de trabalho e problemas familiares sua frequência foi cada vez menor, em conversa com o mesmo declarou estar com muitas dívidas e não conseguia pagar.

Trabalhador de empresa de refrigerantes com 20 anos de empresa e 47 de idade tem grande desejo de concluir seus estudos, sonho retomado em 2009, quando o SESI implantou salas de aula dentro das empresas. Em abril de 2010, frequentou quatro meses e se ausentou informando que não mais voltaria, descobri que era por causa de doença grave na família, um de seus filhos estava com tumor na cabeça e necessitava de tratamento. Conversando com a empresa foi possível demiti-lo pagar os direitos e contrata-lo novamente. Depois de muito conversar, consegui pagar dívidas, exames e remédios para o filho. Hoje, conclui o ensino fundamental com bom desempenho.

Aluna de empresa de calçados com 41 anos, com o sonho de ser alfabetizada, iniciou os estudos com avanços consideráveis, apesar de baixa auto-estima. Percebi que a cada dia se ausentava mais das aulas, em conversa descobri que não tinha mais vontade de continuar os estudos. Primeiro, pela fome que sente após a jornada de 9 h de trabalho, seu esposo é alcoólatra e os netos estão sob sua responsabilidade. Em casa, depois do dia de trabalho, costura para complementar a renda.

---

<sup>3</sup> Retirados do caderno de campo. As identificações dos alunos não foram realizadas para preservar suas identidades.

Aluno de 36 anos, no 2ª fase do ensino médio, após seis meses de curso começou a faltar com muita frequência. Indaguei por que a ausência da sala e não da empresa ele respondeu “o encarregado do setor disse que eu tenho que optar pelo trabalho ou a aula e que não tem como conciliar meu horário de trabalho com a aula”. Esta situação se repete em várias outras empresas e muitos alunos são obrigados a trabalhar no horário da aula, outro problema é o período de produção da empresa, alguns alunos ficam 3 meses ausentes, depois retornam.

A demissão dos alunos não leva em consideração a matrícula deles nas salas do SESI. A empresa não considera a necessidade de escolarização ser concluída. Em casos de baixa produção e necessidade de demissão a empresa demite o aluno sem considerar que o tempo cursado de nada valerá na vida dos alunos, sabendo que ele não retorna a empresa para concluir o curso, pois os empregados não se sentem à vontade para retornar a empresa para assistir as aulas.

Os relatos acima destacados demonstram que as políticas educacionais devem caminhar junto com políticas sociais que ampliem não só o acesso, mas a permanência da classe trabalhadora na escola, destacando que o discurso da flexibilização das aulas não funciona para dotar o aluno das capacidades que se acredita devem ser oferecidas ao trabalhador, já que a permanência nas aulas é submetida às necessidades de subsistência e reprodução da força de trabalho.

Segundo Enguita (2001), o discurso da qualidade educacional substituiu o da igualdade, presente nas reivindicações da década de 1980, com a Pedagogia libertadora e revolucionária. Esta ao se encontrar com a teoria construtivista e tornar-se crítico social dos conteúdos e aderir à idéia de currículos contextualizados e adaptados as necessidades dos estudantes conseguiu fazer com que interesses do neoliberalismo, de qualidade total, e das correntes progressistas de educação, que produziram sujeitos autônomos, convergissem. Possibilitando que setores com interesses distintos se agrupassem em torno da oferta de educação de qualidade para o crescimento econômico e geração de emprego e renda. Para o autor:

Em uma época de escasso ou nenhum crescimento líquido e desemprego em massa o discurso oficial responsabiliza a educação por ambas as coisas. Ao colocar ênfase na centralidade das reformas educacionais para continuar ou melhorar na competição internacional, está se afirmando que se o país não vai melhor é por culpa do seu sistema educacional. Ao insistir permanentemente no desgastado problema do ajuste entre educação e emprego, entre o que o sistema escolar produz e o que o mundo empresarial requer, está-se lançando a mensagem de que o fenômeno do desemprego é culpa dos indivíduos, os quais não souberam adquirir a educação adequada ou dos poderes públicos que não souberam oferece-la; mas nunca das empresas, embora sejam essas que tomam as decisões sobre investimentos e

empregos e que organizam os processos de trabalho (ENGUIITA, 2001, p. 103).

### **Considerações finais**

Buscou-se demonstrar as questões que levam trabalhadores assistidos pelo Programa SESI Educação do trabalhador a evadirem, demonstrando que a oferta de salas de aula nas empresas não conduz a solução da evasão escolar por esta ser causada por questões resolvidas apenas por políticas sociais que proporcionem qualidade de vida aos trabalhadores.

As preocupações giram em torno da oferta de salas de aula nas empresas como se a vida do trabalhador e de sua família não interferisse no desempenho escolar. Quando não são acompanhadas de políticas sociais as políticas educacionais caem no vazio ao desvincular a escola da sociedade. Esta determina as formas pelas quais a educação deve ocorrer nas instituições escolares e, por isso, pode-se afirmar que o modelo adotado pelo SESI busca elevar a escolarização do trabalhador sem qualquer transformação de sua realidade social.

Os resultados obtidos até o momento demonstram que as políticas educacionais direcionadas para a educação de jovens e adultos, visando sua qualificação para o trabalho não atingem o resultado esperado por não serem acompanhadas por políticas sociais que proporcionem melhor qualidade de vida. Destaca-se nos depoimentos questões que envolvem a vida cotidiana dos trabalhadores e os impedem de dedicar-se ao processo de ensino-aprendizagem. Para além da sobrecarga de trabalho, preocupações com filhos, saúde, dívidas levam os trabalhadores a se evadirem da escola, ou como destaca Freire (2003) serem excluídos dela já que a educação não é pensada para as classes trabalhadoras, mesmo quando há opção por currículos contextualizados.

### **Referências Bibliográficas**

BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ENGUIITA, Mariano Fernandez. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. IN. SILVA, T.T. e GENTILI, P.A.A. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 95-110.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará. Anuário Estatístico do Ceará. 2009. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2009/qualidade/index.htm>> Acessado em: 29/07/2010.

Ministério da Educação e Desporto, Proposta curricular para a educação de jovens e adultos, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SESI. **Posicionamento estratégico do SESI.** 2007-2015, Brasília, 2008.

SESI. **Plano da melhoria da educação de jovens e adultos.** 2007-2010, Fortaleza: SESI/DR-CE, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In. SILVA, T.T. e GENTILI, P.A.A. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-29.

SILVA, Solange Aparecida da. **Educação de jovens e adultos: um confronto entre teoria e prática na construção da Cidadania.** Bauru-SP: UNESP, 2007 (Monografia do Curso de pedagogia da Faculdade de Ciências).